

Rendimentos no mercado de trabalho formal no RS e em suas regiões

*Maria Isabel Herz da Jornada**

O presente texto dá continuidade à divulgação dos resultados de uma pesquisa, desenvolvida no Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE, sobre as transformações no mercado de trabalho formal gaúcho ao longo da década de 90, contemplando as trajetórias recentes do emprego nas diferentes regiões do Estado, conforme a subdivisão do Rio Grande do Sul em 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). A pesquisa vale-se de dados referentes ao emprego formal, disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), único levantamento que constitui uma base com registros anuais e dados municipalizados.

Essa parte do estudo pretende avançar no conhecimento de uma dimensão do mercado de trabalho ainda não devidamente contemplada nas análises anteriores, que é a evolução dos rendimentos médios. A abordagem que privilegia os rendimentos está assentada na compreensão, obtida em momentos anteriores da investigação¹, do movimento do emprego formal no agregado do Estado, ao longo da década, e nos distintos Coredes, incluindo o conhecimento de alguns atributos da força de trabalho, como a evolução do perfil do trabalhador formal no Estado e nos contextos regionais.

A utilização da RAIS como a fonte principal de dados desta pesquisa é cercada de alguns cuidados que, em todas as oportunidades, procura-se sublinhar. As estatísticas que compõem a base de dados do MTE se constituem

* Socióloga, Técnica da FEE.

A autora agradece, de forma muito especial, à colega Sheila S. W. Sternberg pelo permanente apoio no tratamento estatístico e na interpretação dos dados, bem como pelo estímulo constante para alcançar o resultado final. Igualmente ao Flávio Fligenspan, sempre disposto a responder a todas as dúvidas e inquietações. Aos demais colegas do NET — Guilherme Xavier Sobrinho, Raul Bastos, Ilaine Zimmermman e Walter Pichler — seu agradecimento pela discussão da versão preliminar do texto.

¹ Resultados já publicados por esta revista em Sternberg, Jornada e Xavier Sobrinho (2000); Sternberg (2000); Xavier Sobrinho, Sternberg e Jornada (2000).

em fonte obrigatória para o conhecimento da dinâmica do emprego, fornecendo uma riqueza admirável de informações sobre a parcela de trabalhadores com vínculos formais. Todavia o próprio Ministério alerta para os riscos envolvidos, realçando que os dados se constituem em registros administrativos, com ausência de qualquer procedimento de crítica ou checagem de erros de informação eventualmente cometidos por quem responde ao questionário. Nesse sentido, a atenção do pesquisador para qualquer dado que lhe cause estranheza é fundamental para assegurar a confiabilidade da análise. De fato, ao se examinarem as séries históricas, verificam-se dados incongruentes, que acabam por requerer um tratamento diferenciado. Dependendo das circunstâncias, a opção pode ser por um ajuste, ou pela aceitação do dado “com reserva”, ou até mesmo por ignorá-lo. Ressalta-se que o Ministério tem delegado aos usuários da base a decisão do tratamento a ser adotado, respaldando o encaminhamento tomado. A probabilidade dessas ocorrências aumenta conforme vai crescendo o nível de desagregação, o que aponta para uma atenção especial no trato dos dados municipalizados. Ao longo do texto, quando se fizer necessário, alerta-se para a possibilidade de se estar diante de um dado atípico, que deve ser visto com cautela.

Por fim, é importante destacar que, se a opção pela RAIS implica perder a dimensão das ocupações não assalariadas e dos vínculos empregatícios não oficializados, por outro lado, possibilita uma cobertura muito elevada do mercado de trabalho formal, estimada pelo MTE em mais de 90% do universo a ser abrangido.

O texto está organizado em duas seções, além das considerações finais. A primeira contempla a análise da evolução dos rendimentos médios no período de 1989 a 1997,² considerando a dimensão estadual e o recorte setorial; a outra seção percorre o mesmo caminho no âmbito das regiões em que o Estado se subdivide, seguindo o critério dos Coredes.

1 - A evolução dos rendimentos no Rio Grande do Sul

O mercado de trabalho, na década de 90, está indelevelmente marcado pela retração do emprego formal, comandada pelo forte declínio do emprego no setor industrial. Em estudos anteriores — Sternberg, Jornada, Xavier Sobrinho

² Apesar de ter sido divulgada, recentemente, a edição da RAIS 98, manteve-se o intervalo de tempo utilizado nos estudos anteriores, para garantir a comparabilidade entre os dados analisados nas diversas fases da pesquisa.

(2000); Sternberg (2000); Xavier Sobrinho, Sternberg, Jornada (2000); Xavier Sobrinho *et al.* (2000) —, já se teve oportunidade de mostrar as modificações que vêm ocorrendo na composição setorial do emprego no Rio Grande do Sul e no perfil dos trabalhadores, em um período de transformações na estrutura da economia a partir da abertura do País ao comércio e às finanças internacionais. Conforme Xavier Sobrinho *et al.* (2000), no Estado,³ a população regularmente empregada passou de 1.880 mil em 1989 para 1.761 mil em 1997, ou seja, um recuo de 6,3%, o que significou a extinção de 119 mil postos em oito anos, sendo que só a indústria liberou 123 mil trabalhadores (uma variação de -21,0%). Um movimento de desligamentos que, no caso da indústria, se concentrou nos primeiros anos da década de 90, após o processo de abertura comercial — quando o setor encarou efetivamente o seu chamado ajuste estrutural — e antes do Plano Real, em 1994. O parque industrial brasileiro, exposto indiscriminadamente à competição internacional, presenciou a extinção de partes inteiras de cadeias produtivas e a eliminação maciça de empregos de todo tipo, especialmente da indústria de transformação, que foi obrigada a empreender um processo de “racionalização produtiva”, em um ambiente econômico agravado pelas dificuldades decorrentes da recessão do início dos anos 90. A retomada do crescimento econômico, em meados de 1992, imprimiu um novo fôlego à esfera produtiva, fazendo surgir sinais de melhora no quadro do emprego formal — considerando-se o volume e o rendimento médio —, embora visíveis só até o período imediatamente posterior à implantação do Plano Real.

A reestruturação produtiva combinada com as medidas econômicas defensivas, de caráter micro e macroestrutural, repercutiu sobre o mercado de trabalho, alterando as suas condições de funcionamento na direção de uma crescente seletividade. A trajetória dos rendimentos dos trabalhadores expressa essas novas circunstâncias econômicas e políticas, evidenciando as mudanças em curso no mercado de trabalho nos anos 90. No caso do Rio Grande do Sul, foco da análise, pode-se observar uma leve melhora na evolução dos rendimentos médios reais⁴ dos trabalhadores formais ao longo dos anos considerados — 1989 a 1997 —, com um crescimento do rendimento médio real de 2,2% entre

³ Todas as referências à distribuição setorial do emprego e ao comportamento do mercado de trabalho formal no Rio Grande do Sul e nos Coredes encontram-se em Sternberg, Jornada e Xavier Sobrinho (2000) e em Xavier Sobrinho *et al.* (2000).

⁴ Ao se tratar de rendimento médio, é preciso ter presente que se está atingindo uma aproximação da realidade, pois se considera, como recurso metodológico, que todos os trabalhadores que entraram ou saíram do mercado de trabalho formal estavam sendo remunerados pela média.

as duas pontas, passando de R\$ 680,04 em 1989 para R\$ 694,92 em 1997. Todavia o movimento no interior do período não foi uniforme; os avanços e recuos da atividade econômica refletiram-se no comportamento dos rendimentos médios. O Gráfico 1 permite visualizar que os anos de recessão (1990 e 1991) e o ano de 1994, quando ocorreu a implantação do Plano Real,⁵ foram os piores momentos do ponto de vista dos rendimentos, que experimentaram os valores mais baixos, de R\$ 593,68, de R\$ 544,95 e de R\$ 580,56 respectivamente. No momento em que a atividade econômica mostrou sinais de reaquecimento, como nos anos de 1992 e 1993, os rendimentos médios reais reagiram, atingindo R\$ 629,10 e R\$ 646,77, respectivamente; nos últimos anos da série, atingiram os seus valores mais elevados, chegando a R\$ 708,91 em 1996 e um pouco menos em 1997, R\$ 694,92, o que reflete os efeitos distributivos dos primeiros tempos de vigência do Plano de Estabilização Econômica. O movimento do emprego, também captado pelo Gráfico 1, é de um descenso até 1992, uma expansão entre 1992 e 1994, novo descenso entre 1994 e 1995 e uma leve inflexão nos anos seguintes, observando-se que as curvas do valor adicionado bruto e do emprego obedecem, de um modo geral, à mesma inclinação, embora se distanciando, dentre outros motivos, pelos crescentes ganhos de produtividade que marcaram o período.

Ao proceder-se ao recorte setorial — ainda que seja pelo critério dos grandes setores, do IBGE —, percebem-se outras realidades salariais, que fogem do que foi visto para o agregado do Estado, refletindo dinâmicas e configurações próprias a cada tipo de atividade econômica. O exame dos rendimentos médios dos setores de atividade permite, ainda, localizar os setores que estariam comprometendo as médias do agregado.

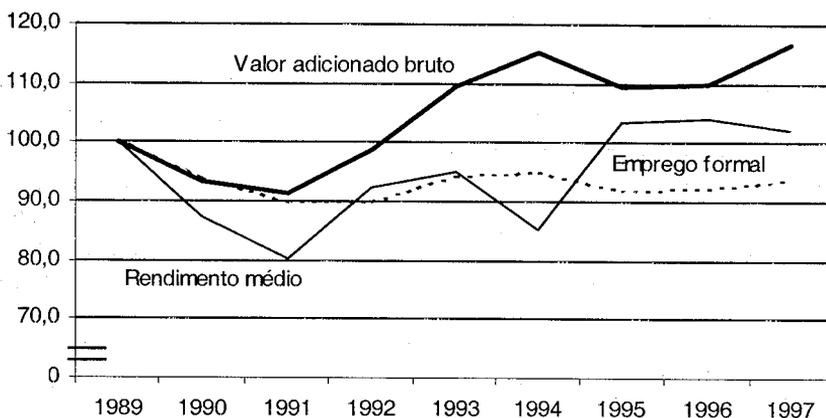
No primeiro olhar, chama atenção a disparidade entre os setores no que diz respeito às magnitudes dos rendimentos médios e às variações dos mesmos (Tabela 1). Considerando-se os setores de maior expressão na estrutura do emprego formal no Estado, em 1997, verifica-se que em dois deles, serviços e administração pública, os rendimentos médios reais estavam bem acima do que foi encontrado para o total do Estado, situando-se em R\$ 827,35 no primeiro caso e em R\$ 840,46 no segundo, com taxas de variação, entre 1989 e 1997, de -5,6% em serviços e de 14,1% na administração pública. A indústria de transformação detinha um rendimento médio real inferior aos anteriores e um pouco abaixo da média do Estado, ficando em R\$ 641,16, em 1997, com um crescimento, no período, de 9,26%. No comércio, por sua vez, os empregados tinham o rendimento médio real mais baixo dentre os setores em destaque, R\$

⁵ Os quatro meses em que vigorou a URV foram de perdas salariais acentuadas. Ver Fligenspan (1998).

481,20, com um incremento de 4,3%. Cada um desses setores exibiu distintas participações na estrutura do emprego estadual: serviços avançou um pouco na sua posição relativa, passando de 25,9% em 1989 para 27,7% em 1997; administração pública permaneceu em torno de 20%; a indústria de transformação perdeu posição, de 31,2% para 26,3%; no comércio, manteve-se em torno dos 16%. Depreende-se, pois, que o setor que deve ter contribuído de forma decisiva para evitar uma elevação maior da média geral do Estado foi serviços, que apresentava a maior participação na estrutura do emprego estadual em 1997 e a única taxa de crescimento negativa dentre os setores em relevo. Se não fosse assim, o movimento geral seria de um crescimento mais acentuado.

Gráfico 1

Índice do valor adicionado bruto, do número de empregados formais e do rendimento médio real dos empregados formais no Rio Grande do Sul — 1989-97



FONTE: Núcleo de Contabilidade Social da FEE.

Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (1989, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

NOTA: 1. Base dos índices 1989 = 100.

2. Rendimento médio e número de empregados formais em 31 de dezembro.

A construção civil, apesar do seu menor significado na estrutura do emprego (participação relativa de 4,1%), merece realce por apresentar uma evolução notável dos seus rendimentos médios frente aos demais setores, com um acréscimo de 20,7% nos anos considerados, o que resultou em um rendimento médio real de R\$ 521,85, ao mesmo tempo em que acusou um crescimento invulgar da população empregada de 38,8%, movimentos que, em ambos os casos, são mais nítidos no pós 94. Tendo em vista que o Produto Interno Bruto (PIB) do setor cresceu bem menos, 10,1% no mesmo período⁶, e que a construção civil, reconhecidamente, costuma abrigar trabalhadores sem vínculo contratual, é possível suspeitar-se de que, nos últimos anos, esteja antes havendo a formalização de relações de trabalho preexistentes do que a geração de novos empregos.

Não se poderia deixar de alertar para o risco de se confundir aumento do rendimento médio com ganhos salariais dos trabalhadores, pois o que pode estar ocorrendo, especialmente em conjunturas de alto desemprego, é um incremento no rendimento médio real em decorrência do desligamento de trabalhadores das faixas salariais mais baixas, normalmente os primeiros a serem demitidos. A indústria de transformação parece exemplar para se verificar a ocorrência desse fenômeno, tendo em vista ter eliminado milhares de postos de trabalho na década *vis-à-vis* ao incremento no rendimento médio dos trabalhadores que permaneceram ocupados. Em realidade, o que ocorreu na indústria foi um deslocamento na base da pirâmide salarial, com um corte expressivo de trabalhadores aí localizados, e uma preservação relativamente mais acentuada dos empregados com salários mais altos. Dos 123 mil indivíduos expulsos do setor entre os anos de 1989 e 1997, 111 mil encontravam-se nas faixas salariais de até dois salários mínimos, o que provocou o chamado “efeito estrutura”⁷. Embora não se tenham evidências conclusivas para o agregado do mercado de trabalho, para a indústria de transformação, segundo setor em importância sob a ótica do emprego formal no Estado em 1997, elas são suficientemente fortes.

⁶ Conforme FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

⁷ Efeito estatístico em que os rendimentos médios sobem devido à supressão dos trabalhadores de mais baixa remuneração.

Tabela 1

Rendimento médio real e variação do rendimento médio real dos trabalhadores
no mercado formal, por setores de atividade,
no Rio Grande do Sul — 1989 e 1997

DISCRIMINAÇÃO	1989 (R\$)	1997 (R\$)	Δ% 1997/1989
Extrativa mineral	389,06	612,32	57,4
Indústria de transformação	586,80	641,16	9,3
Serviços industriais de utilidade pública	2 239,48	867,99	-61,2
Construção civil	432,46	521,85	20,7
Comércio	461,40	481,20	4,3
Serviços	876,18	827,35	-5,6
Administração pública	736,31	840,46	14,1
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	395,49	389,42	-1,5
Outros/ignorado	517,67	280,59	-45,8
Total	680,04	694,92	2,2

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS (1989 e 1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Rendimento médio em 31 de dezembro, em valores reais, calculado com base no IPC do IEPE, a preços de novembro de 1999.

2 - A evolução dos rendimentos nos espaços regionais

As desigualdades regionais expressam-se com nitidez nos contrastes salariais entre as regiões. O exame do comportamento dos rendimentos médios reais dos trabalhadores regularmente empregados nas 22 regiões que conformam o Estado, segundo o recorte dos Coredes, aponta, de imediato, para as disparidades entre os mercados regionais de trabalho, com diferenças entre os rendimentos médios que chegam a ultrapassar os 100%, como é o caso, em 1997, dos Coredes Médio Alto Uruguai, com R\$ 392,89, e do Metropolitano Delta do Jacuí, com R\$ 963,80. Os ritmos de evolução dos rendimentos médios são também fortemente destoantes: enquanto a primeira região experimentou uma queda de 23,4% nos seus rendimentos médios entre os anos de 1989 e

1997, a outra teve um incremento de 15,3%.⁸ A importância relativa desses espaços geográficos no contexto estadual marca as diferenças: de um lado, uma região que, em 1997, representa 0,6% do emprego formal estadual; de outro, uma que é responsável por 35,7% do contingente empregado no Estado.

Uma visão panorâmica da evolução dos rendimentos médios reais nos mercados de trabalho das distintas regiões, ao longo do período 1989 a 1997, acusa decréscimo para a maior parte dos Coredes — em que pesem as diferentes cadências — e crescimento para apenas cinco, pois um, o Vale do Rio dos Sinos, manteve o rendimento médio real praticamente inalterado (Tabela 2). As regiões que experimentaram acréscimos nos rendimentos médios reais pagos aos trabalhadores com vínculos legais são: o recém-citado Corede Metropolitano Delta do Jacuí, liderando com o maior incremento; o Serra, com uma taxa de 9,1%; o Vale do Rio Pardo, com 7,6%⁹; o Norte, com 5,3%; e o Centro-Sul, com 4,7%. Todos com taxas de crescimento acima da média do agregado do Estado. No seu conjunto, essas regiões abrigavam um pouco mais da metade do emprego estadual, tanto em 1989 quanto em 1997; somando-se o Vale do Rio dos Sinos, passam para quase 65%. A evolução desses Coredes, mais diretamente o incremento verificado para o Metropolitano Delta do Jacuí, associada ao peso deles na estrutura do emprego do Estado, ajuda a explicar o movimento geral de elevação do rendimento médio.

As variações foram muito mais intensas para os casos de retração nos rendimentos médios do que para os de expansão. Dos 16 Coredes que sofreram perdas nos rendimentos médios, destacam-se, pela magnitude de suas taxas, o Central (-33,8%), o já mencionado Médio Alto Uruguai (-23,4%), o Vale do Taquari (-18,6%), o Campanha (-18,2%), o Missões (-15,2%), o Hortênsias (-14,7%), o Nordeste (-13,9%), o Fronteira Noroeste (-13,4%) e o Alto Jacuí (-12,5%). Os demais não excederam a taxa dos 6% negativos.

A década de 90, tomando-se o ano de 1997 como referência final, significou, para a maior parte das regiões, um agravamento do quadro salarial, medido pelos rendimentos médios, como atestam os dados apontados acima.

⁸ Provavelmente, esse dado esteja superestimado pelo valor apresentado pela administração pública no Corede Metropolitano Delta do Jacuí, em 1997, que, presume-se, seja irreal, derivado de erros de informação. Adota-se o dado com a devida ressalva.

⁹ Essa taxa também pode estar superdimensionada, devido à grande e inexplicável variação da construção civil. Recomenda-se, pois, cautela.

Ao destacar-se os cinco Coredes melhor posicionados no *ranking* dos rendimentos médios em 1997, percebe-se uma quase-coincidência com aqueles que evoluíram positivamente. O Corede Metropolitano Delta do Jacuí detinha a liderança absoluta, com um rendimento médio real de R\$ 963,80; seguindo-se, à distância, o Serra, com R\$ 733,92; o terceiro era o Vale do Rio dos Sinos, com R\$ 633,21; o quarto era o Vale do Rio Pardo, com R\$ 601,58; e, completando a quinta posição, o Norte, com R\$ 566,67, perfazendo 63% do mercado de trabalho formal gaúcho.

No outro extremo do *ranking*, os Coredes que detinham os rendimentos médios reais mais baixos em 1997: o Médio Alto Uruguai (R\$ 392,89), o Nordeste (R\$ 397,41), o Paranhana-Encosta da Serra (R\$ 427,11), o Litoral (R\$ 446,26), o Hortênsias (R\$ 446,88), o Fronteira Oeste (R\$ 449,99), o Missões (R\$ 466,73), o Campanha (R\$ 468,85), o Vale do Taquari (R\$ 476,51), o Central (R\$ 487,51) e o Vale do Caí (R\$ 496,38). Essas regiões comportavam 21,4% do emprego formal do Estado.

Examinando-se o quadro salarial sob a perspectiva setorial, pode-se conhecer um pouco mais da heterogeneidade dos espaços regionais e das diferenciações nos mercados de trabalho regionais (Tabelas 3 e 4). A análise que segue procura contemplar os setores mais representativos na estrutura do emprego de cada Corede, aqueles setores com participação acima de 6% no total do emprego do Corede. Primeiramente, examina-se o aglomerado de Coredes que exibiram taxas de crescimento dos rendimentos médios reais positivas entre os anos de 1989 e 1997 e, posteriormente, os que apresentaram taxas negativas.

Tabela 2

Rendimento médio real e variação do rendimento médio real dos trabalhadores no mercado formal, por Coredes, no Rio Grande do Sul — 1989 e 1997

COREDES	1989 (R\$)	1997 (R\$)	Δ% 1997/1989
Alto Jacuí (1)	581,15	508,33	-12,5
Campanha	572,85	468,85	-18,2
Central	736,21	487,51	-33,8
Centro-Sul	492,94	516,04	4,7
Fronteira Noroeste	596,60	516,80	-13,4
Fronteira Oeste	475,58	449,99	-5,4
Hortênsias	524,18	446,88	-14,7
Litoral	469,09	446,26	-4,9
Médio Alto Uruguai	513,02	392,89	-23,4
Missões	550,54	466,73	-15,2
Nordeste	461,84	397,41	-14,0
Noroeste Colonial	531,07	507,35	-4,5
Norte	538,09	566,67	5,3
Paranhana - Encosta da Serra ..	439,62	427,11	-2,8
Produção	539,95	528,36	-2,1
Serra	672,97	733,92	9,1
Sul	558,26	524,79	-6,0
Vale do Cai	507,80	496,38	-2,2
Vale do Rio dos Sinos	628,46	633,21	0,8
Vale do Rio Pardo	558,84	601,58	7,6
Vale do Taquari	585,39	476,51	-18,6
Metropolitano Delta do Jacuí	836,00	963,80	15,3
Total do RS	680,04	694,92	2,2

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS (1989 e 1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Rendimento médio em 31 de dezembro, em valores reais, calculado com base no IPC do IEPE, a preços de novembro de 1999.

(1) Neste caso, utilizou-se o valor do rendimento médio em 31.12.96 ao invés do de 31.12.97, por problemas nos dados em um dos municípios do Corede.

Tabela 3

Rendimento médio real dos trabalhadores no mercado formal, por Coredes e setores de atividade, no Rio Grande do Sul — 1997

COREDES	(R\$)				
	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO
Alto Jacuí (1)	329,50	531,35	1 215,12	256,51	435,57
Campanha	684,00	470,98	309,95	382,42	407,41
Central	360,24	388,60	817,89	346,54	393,95
Centro-Sul	967,22	672,33	969,57	525,50	345,61
Fronteira Noroeste	369,60	551,91	882,74	378,21	381,62
Fronteira Oeste	400,67	481,10	702,51	351,02	368,55
Hortênsias	336,76	423,14	1 084,76	392,50	375,14
Litoral	385,41	312,50	1 078,84	401,50	354,49
Médio Alto Uruguai	241,02	275,30	871,91	242,21	270,01
Missões	237,14	432,39	986,14	328,72	379,19
Nordeste	410,07	355,99	683,06	312,87	344,30
Noroeste Colonial	321,44	536,65	822,88	387,64	390,70
Norte	495,62	464,47	691,55	856,67	434,67
Paranhana - Encosta da Serra	248,32	397,65	779,45	456,36	417,70
Produção	284,70	474,85	881,32	334,51	415,89
Serra	323,85	798,69	782,73	514,79	557,48
Sul	471,09	466,13	669,56	404,15	386,01
Vale do Café	390,79	438,03	1 140,63	405,31	425,52
Vale do Rio dos Sinos	896,00	631,19	333,77	495,90	548,23
Vale do Rio Pardo	404,26	624,03	714,45	1 013,39	409,66
Vale do Taquari	680,58	440,34	623,54	417,11	417,45
Metropolitano Delta do Jacuí	960,24	937,13	1 204,33	571,23	585,92
Total do RS	612,32	641,16	867,99	521,85	481,20

(continua)

Tabela 3

Rendimento médio real dos trabalhadores no mercado formal, por Coredes e setores de atividade, no Rio Grande do Sul — 1997

(R\$)

COREDES	SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	AGROPECUÁRIA, EXTRATIVA VEGETAL, CAÇA E PESCA	OUTROS/IGNORADO	TOTAL
Alto Jacuí (1)	710,64	429,68	334,48	666,68	508,33
Campanha	736,17	435,59	247,10	224,72	468,85
Central	689,17	501,69	230,75	230,54	487,51
Centro-Sul	547,59	427,51	310,27	221,98	516,04
Fronteira Noroeste	665,03	497,46	460,52	-	516,80
Fronteira Oeste	623,41	489,71	289,73	303,42	449,99
Hortênsias	565,74	480,55	263,60	264,31	446,88
Litoral	571,31	566,64	301,17	74,74	446,26
Médio Alto Uruguai	632,96	392,80	277,36	194,49	392,89
Missões	713,28	411,46	197,63	232,78	466,73
Nordeste	539,06	461,58	274,28	196,46	397,41
Noroeste Colonial	695,14	450,51	241,57	288,46	507,35
Norte	713,76	549,77	315,28	217,65	566,67
Paranhana - Encosta da Serra	643,41	496,33	366,26	225,52	427,11
Produção	764,05	495,25	314,01	270,89	528,36
Serra	768,76	720,68	323,38	379,45	733,92
Sul	676,66	590,94	319,85	193,99	524,79
Vale do Cai	694,12	592,41	297,08	142,19	496,38
Vale do Rio dos Sinos	774,38	516,99	628,01	331,05	633,21
Vale do Rio Pardo	703,14	493,89	373,25	273,08	601,58
Vale do Taquari	627,09	526,38	342,63	648,09	476,51
Metropolitano Delta do Jacuí	966,82	1 699,40	987,02	359,43	963,80
Total do RS	827,35	840,46	389,42	280,59	694,92

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS (1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Rendimento médio em 31 de dezembro, em valores reais, calculado com base no IPC do IEPE, a preços de novembro de 1999.

(1) Neste caso, utilizou-se o valor do rendimento médio em 31.12.96 ao invés do de 31.12.97, por problemas nos dados em um dos municípios do Corede.

Tabela 4

Varição percentual do rendimento médio real dos trabalhadores no mercado formal,
por Coredes e setores de atividade, no Rio Grande do Sul — 1989-97

(R\$)

COREDES	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANS- FORMAÇÃO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO
Alto Jacuí (1)	24,3	27,5	-51,8	55,5	11,4
Campanha	12,8	15,4	-66,2	-3,0	12,6
Central	-6,2	21,5	-58,8	26,6	2,2
Centro-Sul	247,1	-9,0	-74,3	34,2	7,3
Fronteira Noroeste	25,8	-21,8	-50,5	52,9	1,7
Fronteira Oeste	7,5	12,0	-61,7	42,1	8,8
Hortênsias	23,4	-13,4	-54,6	-12,3	6,4
Litoral	75,4	-1,0	-43,1	-4,0	11,5
Médio Alto Uruguai	-28,2	-20,3	-50,7	9,4	-5,8
Missões	36,6	15,3	-46,8	35,9	13,4
Nordeste	22,1	16,3	-60,2	-27,0	15,9
Noroeste Colonial	23,6	6,0	-24,6	-14,0	4,0
Norte	99,9	6,6	-62,9	95,6	14,1
Paranhana - Encosta da Serra	21,6	-1,3	-69,0	43,8	0,6
Produção	39,7	22,5	-53,8	37,3	9,7
Serra	178,0	13,9	-64,3	53,9	7,8
Sul	31,7	31,7	-70,5	21,7	3,7
Vale do Café	21,3	-1,0	-25,0	5,0	8,8
Vale do Rio dos Sinos	132,0	8,3	-86,4	16,4	7,5
Vale do Rio Pardo	13,3	15,3	-63,2	274,2	-5,3
Vale do Taquari	55,4	4,6	-66,1	-10,7	8,5
Metropolitano Delta do Jacuí	19,3	17,6	-34,5	11,1	1,5
Total do RS	57,4	9,3	-61,2	20,7	4,3

(continua)

Tabela 4

Varição percentual do rendimento médio real dos trabalhadores no mercado formal,
por Coredes e setores de atividade no Rio Grande do Sul — 1989-97

(R\$)

COREDES	SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	AGROPECUÁRIA, EXTRATIVA VEGETAL, CAÇA E PESCA	OUTROS/ /IGNORADO	TOTAL
Alto Jacuí (1)	-22,9	40,3	-19,1	26,4	-12,5
Campanha	2,7	15,9	-42,6	-49,8	-18,2
Central	-21,9	-53,9	-24,4	-31,4	-33,8
Centro-Sul	0,8	39,5	-13,7	-35,4	4,7
Fronteira Noroeste	-26,3	38,6	-19,9	-	-13,4
Fronteira Oeste	-12,7	43,0	-21,4	-8,6	-5,4
Hortênsias	-21,3	39,2	-37,6	-33,8	-14,7
Litoral	-31,4	43,3	-39,9	-74,7	-4,9
Médio Alto Uruguai	-45,3	13,8	-25,0	-5,7	-23,4
Missões	-29,0	3,7	-46,1	-9,4	-15,2
Nordeste	-34,2	4,8	-14,6	-39,0	-14,0
Noroeste Colonial	-9,7	19,7	-55,5	-29,0	-4,5
Norte	-8,8	-1,1	7,6	-55,8	5,3
Paranhana - Encosta da Serra	-29,6	63,8	71,5	-17,6	-2,8
Produção	-9,6	11,8	-16,3	-44,7	-2,1
Serra	1,2	40,1	-15,6	-17,4	9,1
Sul	-25,2	27,1	-10,2	-60,4	-6,0
Vale do Caí	-12,5	-2,4	-39,6	-53,1	-2,2
Vale do Rio dos Sinos	-3,9	-27,3	6,9	-27,0	0,8
Vale do Rio Pardo	-11,2	23,8	-40,2	-10,7	7,6
Vale do Taquari	-47,8	56,8	-20,9	113,7	-18,6
Metropolitano Delta do Jacuí	4,0	89,5	123,8	-53,9	15,3
Total do RS	-5,6	14,1	-1,5	-45,8	2,2

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989 e 1997) Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno)

NOTA: Rendimento médio em 31 de dezembro, em valores reais, calculado com base no IPC do IEPE, a preços de novembro de 1999.

(1) Neste caso, a variação corresponde ao período 1989-96, por problemas em um dos municípios do Corede

2.1 - Coredes com incremento nos rendimentos médios

O Metropolitano Delta do Jacuí abre esse grupo, mostrando incrementos nos rendimentos médios de todos os setores relevantes sob a ótica do emprego, sendo que o mais importante, em 1997, serviços, com 35,8% dos trabalhadores, foi um dos que menos cresceu, 3,9%; atrás dele, somente o comércio, com 1,5%, e uma participação no emprego de 13%. O maior incremento registrou-se na administração pública, 89,5%, que respondia por 32,5% da população empregada. A indústria de transformação experimentou um crescimento de 17,6% nos seus rendimentos médios, abrigando 11,6% dos trabalhadores no mercado formal. Dentre os setores de maior significado em 1997, os que apresentavam os maiores rendimentos médios eram administração pública (R\$ 1.699,40), serviços (R\$ 966,82) e indústria de transformação (R\$ 937,13). Os resultados alcançados pela administração pública, aparentemente inconsistentes, derivados de prováveis erros de registro, comprometem maiores comentários. Registra-se que é onde a indústria, o comércio e serviços, em termos de rendimento médio real, melhor se apresentavam no Estado, em 1997.

A Região da Serra também exibe taxas de variação positiva nos rendimentos médios reais de todos os setores com significado para o emprego, sendo a maior variação a da administração pública (40,1%), embora tenha uma participação menor no emprego, de 7,0%. A indústria de transformação, que detinha a metade do emprego formal, ostenta a segunda maior taxa de crescimento nos rendimentos médios: 13,9%. Serviços, com 22,7% do emprego, e comércio, com 12,8% do emprego, alcançaram variações de 1,1% e de 7,8% nos rendimentos médios, respectivamente. Os rendimentos médios mais elevados em 1997 encontravam-se na indústria de transformação (R\$ 798,69), em serviços (R\$ 768,76) e na administração pública (R\$ 720,68); o comércio situava-se bem abaixo, com R\$ 557,48 — evidências de que a média do Corede tenha sido sustentada pela indústria e pela administração pública. Cabe sublinhar que é a região que tem o segundo maior rendimento médio real na indústria e no comércio, no Estado.

Já o Vale do Rio Pardo ostenta taxas de crescimento negativas nos rendimentos médios reais de dois setores, entre aqueles importantes na estrutura do emprego em 1997: o comércio, com uma ponderação de 17,2% e uma variação de -5,3%; e serviços, com 23,6% do emprego e uma queda de 11,2% no seu rendimento médio real. Os outros setores relevantes mostram taxas positivas, com destaque para a administração pública, que tinha a maior variação (23,8%) e empregava 13,2% do total de trabalhadores da região, e a indústria de transformação, que cresceu em 15,3% o seu rendimento médio real, com a maior ponderação no emprego (36,4%). Dentre os setores citados, eram serviços,

com R\$ 703,14, e indústria de transformação, com R\$ 624,03, os que praticavam os rendimentos médios mais altos em 1997. Pode-se observar que a variação do rendimento médio do agregado foi fortemente influenciada pela indústria de transformação e pela administração pública.

O Norte apresenta incrementos nos rendimentos médios de três setores importantes no que diz respeito ao emprego, em 1997: na indústria de transformação, que detinha 31,3% do total do emprego, com um crescimento de 6,6%; no comércio, que tinha 17,9% do emprego, com um crescimento de 14,1%; na construção civil, que participava com 12,1% no emprego e mostrou uma expansão notável de 95,6%. Os outros setores relevantes experimentaram queda nos seus rendimentos médios: serviços, com 20,9% do emprego, caiu 8,8%; e administração pública, com 13,5% do emprego, decresceu 1,1%. Considerando-se esses setores, era na construção civil que se encontrava o rendimento médio mais elevado (R\$ 856,67), seguia-se serviços, com R\$ 713,76, e administração pública, remunerando em R\$ 549,77. Por fim, os mais baixos, o comércio (R\$ 434,67) e a indústria de transformação (R\$ 464,47). Depreende-se que foi a construção civil que colaborou de forma decisiva no movimento geral do Corede.

No Centro-Sul, dois setores, dentre os que têm significado para o emprego, acusaram declínio nos rendimentos médios: a indústria de transformação, que abrigava 23,3% dos empregados, teve uma variação de -9,0%; e a agropecuária, responsável por 9,7% do emprego, teve um recuo de 13,7%. Os rendimentos médios cresceram 39,5% na administração pública, que respondia por 18,7% do emprego, e 7,3% no comércio, que detinha 17,4% do emprego. Serviços, com uma participação de 23,5%, manteve o seu rendimento médio praticamente estável, uma variação de 0,8%. A indústria de transformação praticava o rendimento médio mais alto em 1997 (R\$ 672,33), seguida por serviços, com R\$ 547,59. Os mais baixos eram os da agropecuária (R\$ 310,27) e do comércio (R\$ 345,61). Percebe-se que a administração pública teve forte atuação no movimento geral da região.

Encerrando o grupo, o Corede que teve o menor incremento no seu rendimento médio, mantendo praticamente o mesmo patamar, foi o Vale do Rio dos Sinos, onde também dois setores, dentre os relevantes na estrutura do emprego, acusaram decréscimos nos rendimentos médios: serviços, responsável por 22,9% do emprego, recuou 3,9%, e administração pública, com 8,1% do contingente, perdeu 27,3%. O rendimento médio real aumentou 8,3% na indústria de transformação, que retinha quase a metade do pessoal empregado, e 7,5% no comércio, cuja participação relativa no emprego era de 15,1%. O rendimento médio real mais alto em 1997, tomando-se os setores destacados, era serviços, com R\$ 774,38, depois aparecia a indústria, com R\$ 631,19, o comércio, com

R\$ 548,23, e, por último, a administração pública, com R\$ 516,99. Pode-se identificar, na indústria e no comércio, a razão de o Corede não ter sofrido perdas no seu rendimento médio.

2.2 - Coredes com declínio nos rendimentos médios

Estabelecendo o contraste, dirige-se o foco para o grupo de Coredes que enfrentou cortes nos rendimentos médios, mais especificamente, para aquelas regiões, anteriormente referidas, que tiveram os cortes mais pronunciados. Inicia-se pelo Corede Central, que apresenta, entre os setores de maior peso no emprego, três com quedas acentuadas: administração pública (-53,9%), agropecuária (-24,4%) e serviços (-21,9%). A indústria de transformação e o comércio, os outros setores relevantes, tiveram acréscimos de 21,5% e de 2,1% respectivamente. A ponderação desses setores na estrutura do emprego em 1997 — serviços, com 29,4%; comércio, com 22,8%; administração pública, com 17,9%; indústria de transformação, com 12,9%; e agropecuária com 9,3% — auxilia na compreensão de que a administração pública influenciou fortemente o resultado do Corede. Considerando-se os setores destacados, os rendimentos médios mais baixos em 1997 estavam na agropecuária (R\$ 230,75), na indústria de transformação (R\$ 388,60) e no comércio (R\$ 393,95); o mais alto em serviços (R\$ 689,17).

No Médio Alto Uruguai, também a maior parte dos setores importantes em termos de emprego experimentou decréscimo nos seus rendimentos médios: serviços (-45,3%), indústria de transformação (-20,3%) e comércio (-5,8%). A administração pública, a maior empregadora, com mais de 35% do contingente, elevou o seu rendimento médio em 13,8%. Os setores em queda tinham uma participação relativa no emprego, em 1997, de 20,3% no comércio, de 19% em serviços e de 12,4% na indústria de transformação. Os rendimentos médios mais baixos dentre os setores mencionados localizavam-se, em 1997, no comércio e na indústria de transformação, com R\$ 270,01 e R\$ 275,30 respectivamente. O mais alto situava-se em serviços (R\$ 632,96). Nesse caso, quem colaborou fortemente para o movimento de queda tão acentuada no rendimento médio real do Corede foi o setor serviços.

No Vale do Taquari, levando em conta os setores de maior significado no emprego, somente o setor serviços, com 17,2% da população empregada, exibiu queda no rendimento médio real (-47,8%). A administração pública, o comércio e a indústria de transformação experimentaram incrementos nos rendimentos médios reais de seus empregados de 56,8%, 8,5% e 4,6% respectivamente, reunindo a maior parte do emprego, quase 50% só na indústria, 14,8% no co-

mércio e 10,4% na administração pública. Assim, em 1997, a pior condição em termos de rendimento médio, dentre os setores mencionados, era a do comércio, com R\$ 417,45, e a da indústria, com R\$ 440,34; no outro extremo, serviços, com R\$ 627,09. O setor serviços foi quem atuou fortemente para o recuo verificado no rendimento médio do Corede.

A Campanha, que experimentou praticamente o mesmo declínio do Vale do Taquari, apresentou apenas um setor, dentre os mais importantes em termos do emprego, com o rendimento médio real em baixa, a agropecuária (participação de 17,5% no emprego formal), com uma queda de 42,6%. Os setores serviços, comércio e administração pública, com maior peso na distribuição do emprego (23,5%, 21,9% e 20,3%, respectivamente), tiveram incrementos de 2,7% em serviços, de 12,6% no comércio e de 15,9% na administração pública; enquanto a indústria, com um peso menor no emprego (7,9%), teve um crescimento no seu rendimento médio real de 15,4%. O rendimento médio mais baixo em 1997 era o da agropecuária (R\$ 247,10), e os mais altos situavam-se em serviços, (R\$ 736,17), na indústria de transformação (R\$ 470,98) e na administração pública (R\$ 435,59). Aqui o que parece ter comprometido a média geral do Corede foi a agropecuária.

No Corede Missões, considerando-se os setores que mais empregavam em 1997, contam-se dois com os rendimentos médios decrescentes, agropecuária (-46,1%) e serviços (-29,0%), reunindo 8,8% das pessoas empregadas na agropecuária e 24,4% em serviços. As taxas positivas foram verificadas na indústria de transformação (15,3%), no comércio (13,4%) e, por último, na administração pública (3,7%). A administração pública e o comércio detinham, cada um, em torno de 24% das pessoas empregadas, enquanto a indústria de transformação abrigava 13,5%. O setor com o rendimento médio real mais elevado, dentre os destacados, em 1997, era serviços, com R\$ 713,28; enquanto a agropecuária estava no outro extremo, com R\$ 197,63; em uma situação intermediária, a indústria, com R\$ 432,39, a administração pública, com R\$ 411,46, e o comércio, com R\$ 379,72. Nesse caso, foi a intensidade do recuo no setor serviços, dada a sua ponderação na estrutura do emprego total, que influiu decisivamente no movimento geral.

O Corede Hortênsias apresentou, dentre os setores mais importantes na distribuição do emprego, dois com os rendimentos médios reais em queda, serviços (-21,3%) e indústria de transformação (-13,4%); os outros acusaram uma expansão de 39,3% na administração pública e de 6,4% no comércio. Os setores com taxas negativas eram os que tinham a maior participação no emprego: indústria, com 45,5%, e serviços, com 21,6%, enquanto o comércio participava com 13,6% e a administração pública com 9,8%. Os rendimentos médios mais altos, considerando-se os setores citados, em 1997, localizavam-

-se em serviços (R\$ 565,74) e, mais atrás, na administração pública (R\$ 480,55). Na indústria de transformação, era de R\$ 423,14 e, no comércio, encontrava-se o mais baixo, R\$ 375,14. Pode-se ver que os setores indústria e serviços influíram fortemente no movimento geral da região.

No Nordeste, os setores com maior participação relativa no emprego — serviços (23,8%), agropecuária (21,2%), indústria de transformação (20,6%), comércio (16,2%) e administração pública (14,4%) — apresentaram decréscimos nos rendimentos médios no caso de serviços (-34,2%) e da agropecuária (-14,58%). Os outros experimentaram crescimento de 16,3% na indústria, de 15,9% no comércio e de 4,8% na administração pública. Considerando-se esses setores, os rendimentos médios reais mais altos em 1997 localizavam-se em serviços (R\$ 539,06) seguido à distância pela administração pública (R\$ 461,58). O mais baixo era o da agropecuária (R\$ 274,28). O comércio e a indústria estavam em uma situação intermediária, com R\$ 344,30 e R\$ 355,99 respectivamente. Aqui, o setor serviços, apesar do significado da agropecuária, influiu decisivamente para a queda no rendimento médio da região.

O Corede Fronteira Noroeste exhibe dois setores, dentre os mais importantes em termos de emprego, com os rendimentos médios em queda: serviços, com -26,3%, e indústria de transformação, com -21,7%, que representavam, em 1997, 20,5% e 24,3% do emprego respectivamente. Os outros apresentaram crescimento de 52,8% na construção civil, de 38,6% na administração pública e de 1,7% no comércio, enquanto as suas participações relativas no emprego eram de 5,8%, 33,3% e 20,3% respectivamente. Para essa região, pode-se identificar nas taxas negativas dos setores serviços e indústria a forte influência no movimento geral.

Por fim, o Alto Jacuí também acusa dois setores, dentre os mais significativos da região em 1997, com decréscimos nos seus rendimentos médios, serviços, com -22,9%, e agropecuária, com -19,1%, os quais participavam com 20,2% e 13,5%, respectivamente, no emprego do Corede. O comércio, com 26% da população empregada, teve um crescimento de 11,4% no seu rendimento médio; a administração pública, com uma participação de 22,8%, atingiu um incremento de 40,2% no rendimento médio; a indústria de transformação tinha uma ponderação no emprego de 11,8% e mostrou uma expansão no rendimento médio real de seus trabalhadores de 27,5%, outra situação em que o setor serviços influiu decisivamente para o resultado alcançado pela região.

Desperta a atenção nesse breve painel de Coredes selecionados, o setor serviços, por ter apresentado variações negativas em quase todas as regiões, aparecendo, na maior parte das que experimentaram perdas nos rendimentos administração pública também desperta interesse, em razão das taxas altamente positivas na maioria dos Coredes, o que está a requerer uma averiguação

ERRATA

No último parágrafo da página 246, houve uma inversão de linhas, sendo a forma correta do mesmo a que segue.

Desperta a atenção nesse breve painel de Coredes selecionados, o setor serviços, por ter apresentado variações negativas em quase todas as regiões, aparecendo, na maior parte das que experimentaram perdas nos rendimentos médios, como o setor que influenciou fortemente para o movimento geral. A administração pública também desperta interesse, em razão das taxas altamente positivas na maioria dos Coredes, o que está a requerer uma averiguação mais refinada do comportamento do setor.

médios, como o setor que influenciou fortemente para o movimento geral. A mais refinada do comportamento do setor.

3 - Considerações finais

Como se teve oportunidade de mostrar, a trajetória dos rendimentos dos trabalhadores no mercado de trabalho formal no Rio Grande do Sul, ao longo dos anos de 1989 a 1997, foi de avanços e recuos. Os rendimentos do trabalho apresentaram uma fase de significativa elevação nos primeiros anos pós-crise (1992 e 1993) e nos imediatamente pós Plano Real (1995 e 1996), com uma ligeira queda em 1997, o que resultou em uma variação positiva de, aproximadamente, 2% entre 1989 e 1997. Os principais setores de atividade sob o prisma do emprego exibiam realidades salariais completamente distintas, tanto em termos da magnitude dos rendimentos médios quanto do ritmo de variação dos mesmos. Os destaques positivos eram serviços e administração pública, com rendimentos médios reais bem acima do que foi encontrado para o total do Estado, que era de R\$ 694,92 em 1997. O comércio era o destaque negativo, com o rendimento médio real mais baixo dentre os setores relevantes. Todavia foi em serviços que se localizaram as perdas salariais; nenhum outro setor, dentre os de expressão na estrutura do emprego, experimentou declínio nos seus rendimentos médios reais. O setor serviços contribuiu, de forma decisiva, para conter a média geral do Estado, levando-se em conta que detinha quase 28% do total do emprego formal em 1997. O mesmo comportamento se repete nas regiões: o setor serviços apresentou variações negativas na maior parte dos Coredes (18), realçando-se que, em quase todos que experimentaram cortes nos seus rendimentos médios, serviços aparece influenciando fortemente o movimento geral. No outro extremo, está o comércio, que sofreu decréscimos em apenas duas regiões. Para completar, a indústria de transformação e a administração pública apresentaram quedas nos rendimentos médios reais em quatro Coredes.

A histórica desigualdade entre os espaços regionais manifesta-se, naturalmente, nas condições de remuneração da força de trabalho. Enquanto grande parte dos Coredes (16) experimentou retração nos seus rendimentos médios, os outros, que representavam quase 65% do emprego estadual, exibiram variações positivas e os rendimentos médios mais altos em 1997. O Cordele mais importante na estrutura do emprego formal no Estado, o Metropolitano Delta do Jacuí, era também o que melhor remunerava — rendimento médio real de R\$ 963,80 — e o que alcançou o maior incremento, 15,3%. Na outra ponta, encontra-se o Cordele de menor expressão, o Médio Alto Uruguai, onde os

trabalhadores sofreram uma das maiores quedas no rendimento médio real (-23,4%) ao mesmo tempo em que ostentavam a menor cifra (R\$ 392,89). Para reforçar o contraste, a primeira região expulsou 7,7% dos seus empregados formais, consequência do grande encolhimento na indústria, ao passo que a segunda, mesmo ampliando em 43% o seu contingente, teve um significado mínimo para o agregado.

Ainda que no atual estágio da pesquisa não se tenham elementos para avançar hipóteses explicativas sobre esses comportamentos diferenciados, pode-se destacar uma evidência interessante relacionada à espacialização da trajetória dos rendimentos. Repetindo o que já fora constatado em estudo anterior sobre o comportamento do emprego formal nos distintos Coredes,¹⁰ verifica-se que, com exceção de um Corede, todos os outros que experimentaram acréscimos nos seus rendimentos médios no período 1989-97 estão próximos geograficamente, o que remete a condições históricas de desenvolvimento desses espaços regionais.

Bibliografia

- BALTAR, Paulo E. A., MATTOSO, Jorge E. L. (1997). Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.18, n.1, p.13-40.
- BASTOS, Raul Assumpção (2000). Emprego e produtividade na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: alguns aspectos dos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.28, n.1, p.137-180.
- CARLEIAL, Liana, VALLE, Rogério, orgs. (1997). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo : Hucitec, ABET.
- FLIGENSPAN, Flávio (1998). Uma revisão da ocupação e dos rendimentos durante o Plano Real. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.26, n.2, p.140-153.
- POCHMANN, Márcio (1998). Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.26, n.2, p.119-139.

¹⁰ Ver Sternberg, Jornada e Xavier Sobrinho (2000).

- STERNBERG, Sheila S. Wagner, JORNADA, Maria Isabel H. da, XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (2000). O emprego formal no RS, nos anos 90: diferenciais na retração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.27,n.4, p.209-248.
- STERNBERG, Sheila S. Wagner (2000). O emprego formal no Corede Vale do Rio dos Sinos: uma trajetória marcada pela forte retração do emprego industrial. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.28, n.2, p.248--283.
- XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et al. (2000). Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio B., org. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre : FEE.
- XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F., STERNBERG, Sheila S. Wagner, JORNADA, Maria Isabel H. da (2000). Escolaridade do trabalhador formal no RS: evolução em um quadro de diversidades regionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.28, n.3.